

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>23</b>
<b>1 – INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
1.1 Breve histórico das atividades de pesquisa.....	25
1.2 Questões metodológicas .....	27
1.2.1 Problema .....	28
1.2.2 Objetivos .....	28
1.2.3 Hipótese, variáveis e indicadores .....	29
1.2.4 Marco teórico e natureza dos dados operacionalizados .....	29
1.2.5 Opções metodológicas adotadas.....	30
<b>2 – PERSONALIDADE E RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL: UMA CONJUGAÇÃO NECESSÁRIA .....</b>	<b>33</b>
2.1 A organização internacional e sua personalidade jurídica interna- cional .....	33
2.2 O princípio da responsabilidade internacional .....	35
2.3 Imunidade de jurisdição e responsabilidade .....	37
2.4 A expansão dos direitos do indivíduo e sua resposta cíclica no campo das obrigações: paralelismo ao fenômeno das organizações internacionais .....	39
<b>3 – A CONCEPÇÃO DE ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL.....</b>	<b>43</b>
3.1 Requisitos elementares .....	43
3.2 A questão da “Associação de Estados” .....	44
3.3 Posicionamento da Comissão de Direito Internacional .....	45

<b>4 – O PRINCÍPIO DA CONSTITUCIONALIDADE E O CRIVO DE LEGALIDADE DOS ATOS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>47</b>
4.1    Validade e nulidade dos atos jurídicos internacionais .....	47
4.2    Constitucionalidade e supremacia normativa .....	49
4.3    A força normativa do ato constitutivo na jurisprudência internacional .....	51
4.4    Imprescindibilidade do ato constitutivo positivado: crítica à posição da CDI.....	53
<b>5 – AS DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL .....</b>	<b>55</b>
5.1    Sentidos do termo “Responsabilidade” .....	55
5.2    A delimitação do objeto do direito da responsabilidade internacional .....	55
5.3    A codificação da matéria pela Comissão de Direito Internacional....	58
<b>6 – O ATO INTERNACIONALMENTE ILÍCITO.....</b>	<b>63</b>
6.1    Elementos constitutivos essenciais .....	63
6.2    O direito internacional como parâmetro normativo do ato ilícito.....	64
6.3    A questão da culpa.....	65
6.4    A questão do dano .....	68
6.5    Aspectos positivos e negativos do ato internacionalmente ilícito.....	69
6.5.1    Condutas comissivas da organização internacional.....	69
6.5.2    Condutas omissivas da organização internacional .....	70
<b>7 – A CONDUTA VINCULATIVA DOS ÓRGÃOS E AGENTES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL .....</b>	<b>73</b>
7.1    A sistemática aplicável aos Estados .....	73
7.2    Peculiaridades inerentes às organizações internacionais .....	75
7.3    Atos <i>ultra vires</i> .....	78
<b>8 – A PERSONALIDADE JURÍDICO-INTERNACIONAL DA OMC .....</b>	<b>81</b>
8.1    A natureza jurídica do GATT (1948-1994).....	81

8.2	A Organização Mundial do Comércio.....	83
8.3	Composição mista da OMC.....	84
<b>9</b>	<b>– A ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAL DA OMC .....</b>	<b>87</b>
9.1	Distribuição das funções institucionais precípuas .....	87
9.2	Ausência de um órgão executivo restrito e a tese da desqualificação da organização internacional .....	89
9.3	Órgãos institucionais básicos .....	91
9.3.1	Conferência Ministerial.....	91
9.3.2	Conselho Geral e <i>alter ego</i> .....	92
9.3.3	Conselhos Especializados .....	93
9.3.4	Comitês e Grupos de Trabalho.....	93
9.3.5	Método de tomada de decisão nos órgãos colegiados .....	94
9.3.6	Secretaria, funcionários e agentes internacionais.....	95
<b>10</b>	<b>– O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO: APLICAÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS EM GERAL E À OMC .....</b>	<b>97</b>
10.1	Princípios da objetividade e da imparcialidade .....	97
10.2	Discrecionariedade e proteção do indivíduo .....	98
10.3	O Tribunal Administrativo da OIT e a Organização Mundial do Comércio .....	99
10.4	Normas de procedimento e validade jurídica dos atos das organizações internacionais .....	101
10.4.1	A jurisprudência da Corte Permanente de Justiça Internacional .....	101
10.4.2	A Prática paradigmática da OIT.....	102
10.5	O devido processo na OMC .....	104
10.5.1	A hipótese de expulsão de Membro .....	104
10.5.2	O requisito da motivação objetiva.....	105
10.5.3	Princípio <i>non ultra petita</i> .....	106
10.5.4	Confidencialidade .....	107
10.5.5	Retardamento indevido na solução da disputa .....	108

<b>11 – HETEROGENEIDADE NORMATIVA E OS PARÂMETROS INTERPRETATIVOS DO DIREITO DA OMC.....</b>	<b>111</b>
11.1 O direito da OMC na ambiência do direito internacional.....	111
11.2 Princípio da boa-fé aplicável à interpretação.....	114
11.3 Interpretação evolutiva.....	115
<b>12 – RELAÇÕES NORMATIVAS HORIZONTAIS E VERTICAIS DO DIREITO DA OMC COM O DIREITO INTERNACIONAL.....</b>	<b>117</b>
12.1 Direito da OMC como <i>self-contained regime</i> ?.....	117
12.2 Horizontalidade: <i>jus cogens</i> e ordem pública internacional.....	122
12.3 Verticalidade: interações reconhecidas pela jurisprudência da OMC...	125
12.3.1 Princípio da precaução.....	126
12.3.2 Princípio da irretroatividade dos tratados.....	127
12.3.3 Princípio da proporcionalidade.....	127
12.4 Direitos humanos e o Processo Kimberley.....	127
<b>13 – A DOCTRINA DO “EFEITO DIRETO” E O DIREITO DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL.....</b>	<b>131</b>
13.1 A doutrina do “efeito direto”.....	131
13.2 O Painel de Inspeção do Banco Mundial: instância institucional de controle?.....	132
<b>14 – A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL E O SISTEMA DE CONTRAMEDIDAS DA OMC.....</b>	<b>135</b>
14.1 As recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias e seu caráter vinculativo-obrigacional.....	135
14.2 As contramedidas no direito internacional geral.....	137
14.3 As contramedidas na OMC.....	140
<b>15 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>151</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO.....</b>	<b>175</b>